

# ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

**DAVI ANDRÉ** COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

# Acordo de não persecução penal

2ª edição: Revisada, ampliada e atualizada

SUMÁRIO


**Capítulo I - Teoria geral do acordo de não persecução penal**

Seção I - Justiça penal consensual e obrigatoriedade da ação penal

1. Obrigatoriedade da ação penal pública e seus temperamentos
2. O espaço de consenso no processo penal brasileiro
3. O acordo como modalidade de diversão
4. Fundamentos e finalidades
5. Acordo de não persecução penal e plea bargaining

Seção II - Evolução normativa

1. A Resolução 181/2017 do CNMP e a reforma de 2018
2. A controvérsia sobre a constitucionalidade da Resolução
3. A Lei 13.964/2019
4. O controle de constitucionalidade do art. 28-A
5. A Resolução 181/2017 depois da lei

Seção III - Conceito e natureza jurídica

1. Conceito
2. Natureza jurídica
3. Medida despenalizadora
4. Viabilidade acusatória sem juízo de culpa
5. Acordo de não persecução penal, transação penal e suspensão condicional do processo
6. Direito subjetivo do investigado ou faculdade do Ministério Público

**Capítulo II - Pressupostos do acordo**

Seção I - Classificação dos requisitos

1. Pressupostos, vedações e condições

Seção II - Investigação e viabilidade acusatória

1. Existência de investigação criminal
2. Não ser caso de arquivamento

Seção III - A infração penal

1. Crime ou contravenção
2. Infração sem violência ou grave ameaça
   2.1 Violência contra a pessoa e violência contra a coisa
   2.2 Violência dolosa e violência culposa
   2.3 Violência real, imprópria e presumida

3. Pena mínima inferior a quatro anos

3.1 Pena mínima, e não máxima

3.2 Causas de aumento e de diminuição

3.3 Concurso de crimes

Seção IV - Necessidade e suficiência

1. Conteúdo

2. Crimes hediondos e equiparados

3. Tráfico privilegiado

4. Racismo e injúria racial

**Capítulo III - Vedações**

Seção I - As vedações do § 2º do art. 28-A

1. Natureza das vedações

2. Cabimento de transação penal (inciso I)

3. Reincidência (inciso II, primeira parte)

4. Conduta criminal habitual, reiterada ou profissional (inciso II, segunda parte)

5. Infrações pretéritas insignificantes

6. Benefício nos cinco anos anteriores (inciso III)

Seção II - Vedações da Resolução 181/2017 não reproduzidas na lei

1. O silêncio da lei

2. Dano superior a vinte salários-mínimos

3. Risco de prescrição

4. Crimes hediondos e equiparados

5. Crimes militares que afetem a hierarquia e a disciplina

**Capítulo IV - Condições**

Seção I - Natureza e forma de ajuste das condições

1. As condições não são pena

2. Condições "ajustadas cumulativa e alternativamente"

Seção II - Confissão formal e circunstanciada

1. Conteúdo

2. Confissão e direito ao silêncio

3. Momento da confissão

4. Espécies de confissão admitidas

5. Defensor e registro da confissão

Seção III - Condições em espécie

1. Reparação do dano ou restituição da coisa (inciso I)

2. Renúncia a bens e direitos (inciso II)

3. Prestação de serviços à comunidade (inciso III)

4. Prestação pecuniária (inciso IV)

5. Outra condição indicada pelo Ministério Público (inciso V)

**Capítulo V - Celebração e homologação do acordo**

Seção I - Sujeitos do acordo

1. Ministério Público

2. Delegado de polícia

3. Investigado e defensor

4. Vítima

Seção II - Momento, lugar e forma

1. Momento

2. Acordo na oportunidade da audiência de custódia

3. Forma

Seção III - Homologação judicial

1. Juízo competente

2. Audiência de homologação

3. Objeto e limites do controle judicial

4. Homologação e devolução para reformulação

5. Recusa da homologação

6. Recursos

Seção IV - Recusa do Ministério Público em propor o acordo

1. Dever de motivação

2. Remessa ao órgão superior

3. Quem pode provocar a revisão

Seção V - Hábeas-córpus depois de celebrado o acordo

1. O caso e a solução do STJ

2. A posição contrária

3. Rediscussão das cláusulas

**Capítulo VI - Execução, descumprimento e cumprimento**

Seção I - Execução do acordo

1. Execução perante o juízo da execução penal

2. Juízo competente para a execução

3. O Ministério Público na execução

Seção II - Descumprimento e rescisão

1. Descumprimento e comunicação ao juízo

2. Contraditório antes da rescisão

3. Boa-fé e adimplemento substancial

4. Juízo competente para a rescisão

5. Consequências da rescisão

Seção III - Uso da confissão depois da rescisão

1. O problema

2. As posições

3. Acordo não homologado

Seção IV - Cumprimento do acordo

1. Extinção da punibilidade

2. Juízo competente para declarar a extinção

3. Registro e antecedentes

**Capítulo VII - Direito intertemporal e questões especiais**

Seção I - Direito intertemporal

1. Natureza da norma

2. O termo final: as posições

3. A solução do STF e do STJ

Seção II - Questões especiais

1. Alteração da capitulação no curso do processo

2. Ação penal privada

3. Investigado inimputável ou semi-imputável

4. Pessoa jurídica

5. Justiça Eleitoral

6. Justiça Militar

7. Tribunal do Júri

8. Competência originária dos tribunais

Seção III - Acordo de não persecução penal e acordo de não persecução civil

1. A origem comum

2. O regime atual

---

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.